

A SERVIÇO DA CATEGORIA

# Jornal do SINTUFRJ

www.sintufjrj.org.br

FASUBRA CUT

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA UFRJ

## SAIBA TUDO SOBRE O PLANO DE SAÚDE

Páginas 4 e 5

ACORDO AMEAÇADO

# Governo corta orçamento

Planalto passou a tesoura no dinheiro que era destinado ao aumento de servidores

Os reajustes de servidores acordados pelo governo no ano passado serão revistos. Nesta situação está o acordo firmado entre os trabalhadores em educação das universidades federais e o governo. O termo de compromisso assinado em setembro estabelece reajustes da

tabela salarial em maio de 2008, julho de 2009 e julho de 2010. A confirmação oficial de alteração nos acordos – já antecipada às entidades do funcionalismo no dia 30 de janeiro – foi feita pelo ministro do Planejamento, Paulo Bernardo.

Página 3

MORDE



ASSOPRA

### Negociação coletiva e data-base

Ao mesmo tempo que, em vez de reduzir os juros pagos a banqueiros, determinava corte no Orçamento, que irá prejudicar os servidores, na quinta-feira, 14 de fevereiro, Lula encaminhava ao Congresso Nacional, para

apreciação, proposta de ratificação da Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), entregue pela CUT. A Convenção garante negociação coletiva e data-base. Na foto, Lula e o presidente da CUT.

Página 2

CPV: Inscrição a partir de quarta  
Página 8

Aposentadorias: esclarecimentos  
Página 8

LIXO SELETIVO  
Projeto piloto é desenvolvido em conjunto com a Pró-Reitoria de Extensão. Objetivo é expandi-lo pela universidade.  
Página 7

**MOVIMENTO SINDICAL**

No dia 14 de fevereiro o Governo Federal encaminhou ao Congresso Nacional, para apreciação, a proposta de ratificação das Convenções 151 e 158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), entregue pela CUT.

A data foi comemorada como histórica pelas lideranças da CUT Nacional e de diversas confederações e entidades cutistas presentes, do setor público e privado.

“Nos 25 anos da CUT estamos concretizando uma etapa decisiva para transformar em realidade uma luta nossa que vem desde a fundação da Central. É um dia realmente histórico”, afirmou o presidente da CUT, Artur Henrique.

A Convenção 151 se refere à organização sindical e ao processo de negociação dos trabalhadores dos serviços públicos; a Convenção 158 protege os trabalhadores do setor privado.

Com o reconhecimento do direito à negociação, a Convenção 151 completará o capítulo de direitos sindicais dos trabalhadores públicos escrito na Constituição, que já prevê o direito à organização sindical e direito a greve. E a ratificação da Convenção 158 representará um duro golpe na alta rotatividade de mão-de-obra. A ratificação de ambas as convenções da OIT é uma reivindicação que a CUT faz desde sua fundação, em 1983.

O envio da proposta de ratificação da Convenção 151 é uma importante vitória do movimento sindical e também o início de uma nova batalha para a sua efetiva ratificação e regulamentação pelo Congresso Nacional, pois só assim as garantias definidas na Convenção surtirão efeitos no ordenamento jurídico das relações de trabalho no setor público e possibilitarão, de fato, a transformação do Estado brasileiro em direção a uma sociedade mais justa e participativa.

# Servidores terão direito a data-base

**O envio da proposta de ratificação das Convenções 151 e 158 é importante vitória do movimento sindical, bandeira histórica da CUT**

Na Convenção 151, criada em 1978, a OIT trata da independência dos movimentos sindicais e da autonomia dos servidores que lideram as entidades de exercerem suas atividades como representantes das categorias. A garantia da data-base para reajustes salariais também é uma das normas estabelecidas na Convenção.

“O envio da Convenção 151 é o

resultado de um processo de luta das entidades sindicais do setor público e da CUT que combinou ações de mobilização, instalação de mesas de negociação, proposições no Congresso Nacional e fóruns de interlocução com o Governo Federal, dos quais a Câmara Setorial do Serviço Público do Fórum Nacional do Trabalho e posteriormente o Grupo de Trabalho constituído pelo Executi-

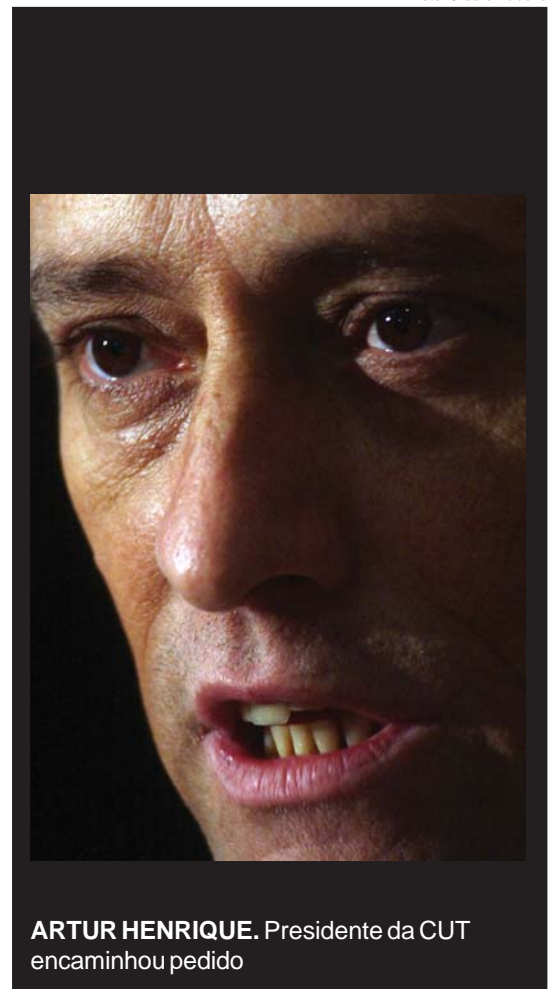
vo Federal foram decisivos”, avalia a secretária nacional de Organização da CUT, Denise Motta Dau.

Com a Convenção aprovada, será criada a mesa de negociação permanente entre governo e servidores, antiga reivindicação do movimento sindical. Se o envio da proposta de ratificação da Convenção 151 é uma importante vitória do movimento sindical, também é

o início de uma nova batalha para a sua efetiva ratificação e regulamentação pelo Congresso Nacional, pois só assim as garantias definidas na Convenção surtirão efeitos no ordenamento jurídico das relações de trabalho no setor público e possibilitarão, de fato, a transformação do Estado brasileiro em direção a uma sociedade mais justa e participativa.

**O envio da Convenção 151 é o resultado de um processo de luta das entidades sindicais do setor público que combinou ações de mobilização, instalação de mesas de negociação, proposições no Congresso e fóruns de interlocução com o Governo Federal. Com o reconhecimento do direito à negociação, o capítulo dos direitos sindicais dos trabalhadores do setor público estará completo**

Foto: Cicero Rabello



**ARTUR HENRIQUE.** Presidente da CUT encaminhou pedido

## Redução da jornada sem redução de salários

A CUT Nacional começa a trabalhar a pauta de redução da jornada de trabalho sem redução de salários. Em São Paulo, no dia 11, ocorreu o primeiro ato nacional de rua em conjunto com outras centrais sindicais. Na ocasião foram recolhidos milhares de assinaturas para o abaixo-assinado em apoio à proposta de Emenda Constitucional nº 393/01. A PEC tramita há 7 anos no Congresso Nacional e inclui metas graduais de redução, que começariam com 40 horas até atingir 36 horas semanais. Atualmente a jornada do trabalhador brasileiro

é de 44 horas semanais. Em apoio, um grupo de motoqueiros se somou à manifestação em frente ao Teatro Municipal de São Paulo.

Um dos principais objetivos da CUT é conseguir com a campanha um milhão de assinaturas. A redução da jornada sem redução de salários é um importante instrumento para a criação de empregos, para a distribuição de renda e para a melhoria das condições de vida da população. No dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, também estão previstas atividades de mobi-

**Primeiro ato nacional de rua da campanha ocorreu em São Paulo, com a participação de outras centrais sindicais. Para o Dia 8 de março, dia Internacional da Mulher, estão previstas outras manifestações**

lização, com recolhimento de assinaturas, além de discussão sobre a importância da redução da jornada para as mulheres.

Estudiosos da área econômica dizem que a redução da jornada é possível, principalmente porque os ganhos de produtividade atingiram patamares bastante elevados. Além disso, cresceu também a própria produção. Segundo pesquisa industrial do IBGE, em 1990 um trabalhador produzia 100 unidades de um produto. Hoje, com a mesma jornada, consegue produzir 213 unidades. É bom salientar

que nos países onde houve redução da jornada a produção só fez aumentar.

O Rio de Janeiro deverá contribuir com uma cota de, no mínimo, 60 mil assinaturas. Os formulários do abaixo-assinado estão disponíveis no portal da CUT ([www.cut.org.br](http://www.cut.org.br)). Qualquer entidade ou militante pode baixar o arquivo e contribuir com a campanha. É fundamental a união dos trabalhadores na luta, pois, como sabemos, tanto o Congresso Nacional quanto a mídia comercial fazem o jogo dos patrões.



**ACORDO**

# Governo corta R\$ 6 bilhões previstos para aumentos de servidores

**O dinheiro para as emendas dos parlamentares foi preservado. Os trabalhadores, punidos**

Os reajustes de servidores acordados pelo governo no ano passado serão revistos. Nesta situação está o acordo firmado entre os trabalhadores da educação das universidades federais e o governo. O termo de compromisso assinado em setembro estabelece reajustes da tabela salarial em maio de 2008, julho de 2009 e julho de 2010.

A confirmação oficial de alteração nos acordos — já antecipada às entidades do funcionalismo no dia 30 de janeiro — foi feita pelo ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, na quinta-feira passada, durante apresentação do re-

latório do Orçamento pelo deputado José Pimentel (PT-CE) ao Congresso, dia 13 de fevereiro.

A proposta (ainda não oficial) do Ministério do Planejamento seria a de autorizar os reajustes a partir de outubro.

No total, os cortes serão de R\$ 12,26 bilhões, com R\$ 11,156 para o Executivo. A tesoura abocanhou R\$ 5,9 bilhões dos reajustes previstos para os servidores este ano. As emendas dos parlamentares que somam R\$ 14,9 bilhões foram preservadas dos cortes. Em meio a crise dos cartões corporativos, possibilidade de CPI e ano eleitoral, o governo Lula não quer desagra-

dar parlamentares. Não se pode esquecer também que rever acordos sobre reajustes pode-se ficar à mercê do projeto de lei que limita os gastos com o funcionalismo. O projeto ameaça congelar salários.

“Nós não temos dinheiro neste momento para dar reajuste. Falando francamente, nós vamos precisar ainda avançar um pouco antes de tomar estas decisões, mas não vamos rasgar acordos. O governo continuará sua política de valorização do servidor público; por outro lado é um problema aritmético: perdemos R\$ 40 bilhões de receita”, afirmou o ministro.

**Os reajustes acordados serão revistos**

**Aumentos só seriam autorizados a partir de outubro**

**Em maio o governo havia acordado reajuste para os servidores das universidades**

**As emendas dos parlamentares de R\$ 14,9 bilhões foram preservadas**

**Rever acordos pode-se ficar à mercê do projeto de lei que limita gastos com o funcionalismo**

## Dirigentes da Fasubra condenam

Dirigentes da Fasubra avaliam que a questão do Orçamento não é justificativa para o adiamento dos reajustes e que é preciso ir para o embate. O governo firmou acordo para reajuste dos técnicos-administrativos das universidades agora em maio, com mais duas parcelas em julho de 2009 e 2010, além de acordar reajustes com mais 17 categorias.

“O governo subestima a ação e a organização dos servidores públicos federais. Somos tratados como bobos, mas não somos. Se havia um Orçamento previsto e a arrecadação vem crescendo ano a ano — em 2007 foi de R\$ 620 bilhões e nos cofres da União tem

mais de R\$ 60 bilhões a mais — não vem agora dizer que a CPMF é a responsável pelo corte. O que este governo tem que definir é se quer ser social, atendendo as categorias que tratam com a população — setor da educação, saúde e segurança —, ou agradar àqueles que trazem dinheiro para o setor financeiro”, afirmou o coordenador-geral João Paulo Ribeiro.

Para João Paulo, está na hora de os trabalhadores acordarem para a realidade: “Temos quer ir para dentro da trincheira com a carabina na mão, preparados para uma nova batalha”.

Na mesma linha de raciocínio segue o coordenador-geral Luiz An-

tônio Araújo: “Não podemos ficar refém do Congresso e da conjuntura. A crise em que o governo está mergulhado dificultará ainda mais a negociação, pois a nossa questão ficará secundarizada. Para mim, é um equívoco aceitar repactuação de prazos. Se fomos esperar e não partimos para o ataque, entraremos pelo cano. Devemos fazer uma plenária dos federais, com as entidades que negociaram e vêm negociando com o governo, e com boa vontade construir a unificação. Minha proposta é realizar marcha a Brasília com o conjunto do funcionalismo a fim de mudar o rumo desta negociação!”

## CUT quer cumprimento dos acordos

**“O governo deveria reduzir essa montanha de dinheiro para os juros”, diz presidente da CUT**

A Central Única dos Trabalhadores já tomou posição sobre a questão e afirma que as entidades dos servidores devem manter a mobilização para pressionar pelo cumprimento dos acordos. “O governo federal deveria falar em mexer no superávit primário, em reduzir essa montanha de dinheiro usada para pagar juros da dívida”, defendeu o presidente da CUT Nacional, Artur Henrique.

O ano legislativo deste ano será mais curto em razão das

eleições municipais. As atividades do Congresso estão sendo retomadas agora em fevereiro e vão até julho, quando o Legislativo entra em recesso. Nesse tempo, a disputa política entre governo e oposição tomará corpo, assim como o debate político-eleitoral nos municípios. É uma conjuntura difícil para a defesa dos interesses dos trabalhadores, mas pode ser também propositiva se for estrategicamente utilizada pela organização das entidades repre-

**Agenda do Congresso será mais curta, mas há ameaça do projeto que congela os salários do funcionalismo e o que cria as fundações estatais**

sentativas das classes.

Em análise sobre a agenda possível dentro do atual quadro político, o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) destacou o que é do interesse dos trabalhadores e pode entrar na pauta e/ou ser votado. Entre eles estão o PLP 01/07, que limita gastos com pessoal do funcionalismo, e o PLP 92/07, que autoriza a criação das fundações estatais de direito privado. Em trâmite estão o projeto de lei que regu-

lamenta o funcionamento das centrais sindicais e a proposta de emenda à Constituição que reduz a jornada de trabalho.

Outras três proposições que o governo deve enviar para exame do Congresso são as que regulamentam a Convenção 158 da OIT, que trata de demissão imotivada; e a 151, que institui a negociação coletiva para o funcionalismo; como também a que cria a contribuição negocial em substituição à sindical.

## NOSSOS DIREITOS

# Audiência pública esclarece dúvidas sobre plano de saúde

Na quarta-feira, dia 13 de fevereiro, foi realizada a primeira audiência pública para esclarecimento sobre o plano de saúde complementar dos servidores da UFRJ. A mesa foi composta pelos coordenadores do SINTUFRJ Noemi Andrade, Nilce Correa e Francisco de Assis, pelo pró-reitor e superintendente de Pessoal Luiz Afonso Mariz e Roberto Gambini (respectivamente), pelo diretor da Caurj, Luiz Eduardo Pestana, Antonio Carlos Ramos (médico da DVST cedido para a diretoria da Caurj como apoio técnico) e pela diretora da DVST Vânia Oliveira.

Uma das perguntas que mais gerou polêmica foi com relação ao tempo que o beneficiário levará para ter direito a utilizar os serviços após a adesão. Atualmente a Caurj funciona com regime de pré-pagamento, ou seja, para estar coberto, o beneficiário precisa pagar no ato da adesão o valor correspondente à primeira mensalidade. Isso porque o convênio Caurj/UFRJ não tem caixa inicial. No entanto, a portaria estabelece que o pagamento seja feito na folha do servidor. A dúvida gerou impasse entre o Sindicato e a PR-4. O pró-reitor informou que há uma verba de mais de R\$ 3 milhões disponível para a saúde do trabalhador e que verã se é legalmente possível que esse dinheiro sirva como um caixa inicial. A medida evitaria que os servidores necessitem realizar o desembolso no ato da adesão. A questão ainda não tem resposta definitiva.

O plano de saúde é uma conquista dos servidores e está pautada na autogestão. A idéia é que a categoria molde este plano para que esteja cada vez mais adequado às suas necessidades. A diretora da DVST, Vânia Oliveira, chamou atenção para a importância dessa conquista: "Vamos pagar por alguma coisa que será administrada por nós mesmos. DVST e Caurj poderão caminhar em projetos de promoção à saúde e prevenção da saúde do trabalhador à medida que nossos problemas mais agudos forem sendo resolvidos".

O pró-reitor de Pessoal, Luiz Afonso Mariz, acalmou a categoria, que queria saber sobre como se defender em caso de mudanças nas cláusulas e resoluções da Caurj. "Qualquer coisa



Foto: Cícero Rabello

**AUDIÊNCIA.** Reunião foi no Salão Azul. A próxima audiência pública será nesta quarta-feira, dia 20, na Praia Vermelha

que a Caurj queira fazer, diferente do que está estipulado, não poderá ser implantado sem a aprovação dos participantes do plano em assembléia", comentou. A coordenadora de Políticas Sociais do SINTUFRJ, Noemi Andrade, também alertou a categoria, que neste plano deixará de ser simples cliente, para se tornar participante das decisões internas. "Estamos construindo um patrimônio".

Na próxima quarta-feira, dia 20, às 11h, será realizada a segunda audiência pública, no Salão Moniz de Aragão, na Praia Vermelha. A adesão está marcada, inicialmente, para começar em 25 de fevereiro, com 30 dias corridos para adesão com isenção de carência.

O Jornal do SINTUFRJ relacionou as dúvidas mais recorrentes surgidas na reunião. Veja a seguir:

#### ■ Se houver reajuste do plano de saúde, o governo vai reajustar a contrapartida de R\$ 42?

• É o governo que estipula a questão do reajuste de preços. Além disso, por ser autogestão, se existir uma situação dessas, há a possibilidade de se fazer assembléias com os beneficiários. Todos os participantes têm direito a voz e voto por ser auto-

gestão.

#### ■ O agregado precisa ter parentesco com o servidor?

• O dependente ou qualquer pessoa que venha a participar como agregado precisa ter, obrigatoriamente, vínculo de parentesco com o titular, seja ele ativo ou aposentado.

#### ■ Havendo aumento na base de cálculo do IR, há possibilidade de aumentar os valores dos serviços?

• Para efeito de cálculo para a tabela IV, quando aumenta a base de cálculo, o servidor que ganha até este valor pagará menos pelo plano. Mas é bom lembrar que quem ganha acima do valor pagará 4,8% sobre a base de cálculo do IR, com piso equivalente a 1/6 e teto equivalente a um salário mínimo.

#### ■ O companheiro ou companheira precisa estar cadastrado na UFRJ para poder ter direito ao plano?

• Sim. O companheiro ou companheira precisa ser cadastrado no Siapra pra depois ter direito ao benefício. Todos os dependentes deverão ser primeiramente cadastrados na UFRJ, através da PR-4, para depois fazerem parte do plano.

#### ■ Tenho doença preexistente. A Caurj cobrirá?

• Quem aderir ao plano até 26 de março de 2008 terá isenção de carência. Poderá haver perícia médica, com médico indicado pela Caurj para atestar a situação, dependendo do caso. O associado também poderá indicar um médico de confiança (arcando com os custos) para compor uma junta médica, se desejar. Após 26 de março as carências são as seguintes:

24 horas para urgência e emergência;  
30 dias para consultas e exames básicos;  
90 dias para os atendimentos odontológicos;  
180 dias para exames especiais e fisioterapia;  
180 dias para internações e cirurgias;

180 dias para órteses e próteses ligadas ao ato cirúrgico;  
300 dias para partos.

#### ■ Que garantia temos de que todos os exames e procedimentos que precisamos serão cobertos pela Caurj?

• Os atendimentos e os procedimentos que a Caurj tem são os indicados pela Agência Nacional de Saúde e pelo Ministério do Planejamento. Tudo o que eles estipulam como procedimentos obrigatórios, as modalidades do plano Caurj/UFRJ contemplam. Além disso, cirur-

gias de vasectomia, por exemplo, que não são cobertas pelos planos privados, serão cobertas pela Caurj.

#### ■ Teremos direito a plano dentário?

• Sim. Todos os procedimentos odontológicos estão cobertos, com exceção de ortodontia e próteses.

#### ■ Os valores divulgados são os que devem ser pagos pelo servidor ou será esse valor menos R\$ 42?

• Os servidores deverão desembolsar os valores anunciados no Jornal do SINTUFRJ, na página do Sindicato na internet e no site da Caurj de acordo com a tabela escolhida.

#### ■ Meu filho maior de 21 anos poderá fazer parte do plano?

• Sim, como agregado. Isso significa que para este caso não haverá a contrapartida de R\$ 42 do governo.

#### ■ Caso eu opte por uma das modalidades com co-participação, precisarei pagar os percentuais no momento da consulta?

• Não. Esses valores virão debitados no contracheque do servidor no mês seguinte.

Continua na página seguinte.

**NOSSOS DIREITOS**

# Veja a seguir as tabelas I, II, III e IV para o plano de saúde Caurj/UFRJ

Faixa Etária (anos)	TABELA I ENFERMARIA CO-PARTICIPAÇÃO DE 10% EM CONSULTAS	TABELA II ENFERMARIA CO-PARTICIPAÇÃO ESTENDIDA	TABELA III APARTAMENTO SEM CO-PARTICIPAÇÃO
0 a 18	35,75	28,96	57,75
19 a 23	35,75	28,96	70,40
24 a 28	44,97	36,43	84,86
29 a 33	44,97	36,43	112,64
34 a 38	59,87	48,50	125,27
39 a 43	65,52	53,07	137,40
44 a 48	102,28	83,25	170,00
49 a 53	112,78	91,35	222,54
54 a 58	140,31	113,65	298,20
59 ou mais	210,33	170,37	339,85

## ■ Tabela IV — por faixa salarial

• Para servidores que ganham até a base de cálculo do IR, que equivale a R\$ 1.372, o valor a ser pago pelo servidor será:

R\$ 42,00 do governo + R\$ 42 do servidor

• Para servidores que ganham a partir de R\$ 1.372 até duas vezes o limite do IR, ou seja, aproximadamente R\$ 2.744, o valor a ser pago será:

R\$ 42,00 do governo + contribuição variável de 3,2% do limite mínimo, que corresponde a R\$ 86.

• Para servidores que ganham mais que R\$ 2.744 até três vezes o limite mínimo, ou seja, R\$ 4.116, o valor será:

R\$ 42,00 do governo + contribuição variável de 3,6%, que corresponde a R\$ 148,17.

• Já os que ganham a partir de quatro

vezes o valor da base de cálculo, ou seja, mais de R\$ 5.488, deverão pagar:

R\$ 42,00 do governo + contribuição variável de 4%, respeitado o teto de R\$ 380,00.

## ■ Plano familiar

No caso do servidor optar pelo plano familiar, o servidor pagará R\$ 42 por vida (sua e de seus dependentes) mais 4,8% de seu vencimento bruto. O governo entrará com a contrapartida de R\$ 42 por vida. Vale ressaltar que o piso mínimo de contribuição equivale a 1/6 do salário mínimo (R\$ 63,33) e teto de R\$ 380,00.

Os exemplos a seguir mostram a diferença de pagamento de acordo com cada tabela.

## ■ Plano individual

Um determinado servidor com idade entre 44 e 48 anos e uma base de cálculo de imposto de renda no valor de R\$ 1.372,00. Qual seria a sua participação no plano?

- Tabela 01 por faixa etária, com acomodação em Enfermaria e com 10% de co-participação nas consultas. Neste caso o valor de contribuição do servidor será de R\$ 102,28 + R\$ 42,00 do governo;

- Tabela 02 por faixa etária, com acomodação em Enfermaria e com co-participação em todos os procedimentos atendidos. Neste caso o valor de contribuição do servidor será de R\$ 83,25 + R\$ 42,00 do governo;

- Tabela 03 por faixa etária, com acomodação em Apartamento e sem qualquer co-participação. Neste caso o valor de contribuição do servidor será de R\$ 170,00 + R\$ 42,00 do governo;

- Tabela 04 sem faixa-etária, com acomodação em Enfermaria e com co-participação apenas na 2ª consulta do mês. Neste caso o valor de contribuição será de R\$ 42,00 do servidor + R\$ 42,00 do governo.

## ■ Plano familiar

Um determinado servidor com idade en-

tre 48 anos, sua esposa com 46 anos e dois filhos na faixa de 0 a 18 anos e uma base de cálculo de imposto de renda no valor de R\$ 1.372,00. Qual seria a sua participação no plano?

- Tabela 01 - R\$ 102,28 servidor + R\$ 102,28 esposa + R\$ 35,75 filho + R\$ 35,75 filho. Neste plano o servidor teria que custear um total de R\$ 276,06 e o governo com R\$ 168,00;

- Tabela 02 - R\$ 83,25 servidor + R\$ 83,25 esposa + R\$ 28,96 filho + R\$ 28,96 filho. Neste plano o servidor teria que custear um total de R\$ 224,42 e o governo com R\$ 168,00;

- Tabela 03 - R\$ 170,00 servidor + R\$ 170,00 esposa + R\$ 57,75 filho + R\$ 57,75 filho. Neste plano o servidor teria que custear um total de R\$ 455,50 e o governo com R\$ 168,00;

- Tabela 04 - R\$ 42,00 servidor + R\$ 42,00 esposa + R\$ 42,00 filho + R\$ 42,00 filho + 4,8% da base de cálculo do imposto de renda. Neste caso o servidor teria que custear um total de R\$ 233,86 e o governo com R\$ 168,00.

**INTERNACIONAL**

# Recessão no centro do Império (\*)

ALAI AMLATINA, 11/02/2008, Buenos Aires — A recessão já se instalou no centro do Império; agora, o debate gira em torno da sua profundidade, duração e alcance mundial. A corte de admiradores de direita ou progressistas do capitalismo global, que ao longo dos últimos anos nos encheu com suas reiteraões sobre a solidez do sistema, hoje está em pleno recuo tático; seus integrantes já não negam a crise, mas tentam diminuir seu caráter dramático e reduzir suas raízes e extensão. Alguns deles ensinam explicações anedóticas, outros dizem tratar-se de uma "crise cíclica" — que é o mesmo que dizer passageira — e a maior parte

deles refugia-se na explicação simplista que reduz o fenômeno a uma grande perturbação financeira combinada com um surto pessimista dos consumidores norte-americanos, provocado pelos devedores inadimplentes dos Estados Unidos (aqueles que não pagam seus créditos imobiliários) e por aqueles que deram a eles empréstimos generosos demais.

Segundo esse pessoal, os problemas serão superados em breve, graças às intervenções da Reserva Federal, da Casa Branca e das autoridades políticas e monetárias das outras grandes potências. O mítico estandarte do poder invencível dos amos do sistema ainda flameja nas

alturas, mesmo que esteja ficando esfiapado rapidamente, no ritmo das trovoadas globais.

(...) A recessão norte-americana é mais uma crise de dívida do que uma depressão causada pela retração do consumo; a primeira é o fundamento da segunda. A super dívida estatal chegou a um ponto tal que sua expansão entrou no círculo vicioso que entrelaça de modo perverso as emissões de títulos públicos e os dólares cada vez mais desvalorizados, a alternativa estaria em que o Estado reduzisse seus gastos e/ou aumentasse a arrecadação fiscal, o que poderia afundar a economia em uma recessão

ainda mais profunda.

Por sua vez, a população de média e baixa renda tem sofrido as consequências do congelamento (e para um importante setor, até a queda) dos seus salários reais, a renda familiar média é, atualmente, menor que no ano 2000. Quando a "bolha imobiliária" começou a se formar, com uma avalanche de créditos baratos, ao mesmo tempo se estava restringindo a solvência a médio prazo de uma grande massa de devedores e a serpente neoliberal acabou mordendo o próprio rabo: em meados de 2006 o mercado imobiliário estava saturado, os preços de imóveis começaram a cair

e, em 2007, explodiu a inadimplência. O que veio a seguir é bem conhecido.

(...) As autoridades norte-americanas sabem que se tentarem reverter a recessão reanimando o mercado estarão dando fôlego à inflação e à queda do dólar, o que, cedo ou tarde, trará mais recessão; mas também sabem que se tentarem conter a inflação esfriando a economia, a recessão vai se aprofundar: um beco sem saída.

(\*) Trechos da análise de Jorge Beinstein, economista argentino, professor na Universidade de Buenos Aires. Matéria completa publicada na Agência Carta Maior.



## PRIVATIZAÇÃO

# A ameaça continua

**No Congresso tramita projeto que, se aprovado, permite a todas as áreas sociais serem geridas por fundações**

A luta nas universidades contra a transformação dos hospitais universitários em fundações não arrefece. Esse novo modelo de gestão na forma de direito privado é a proposta do governo para solucionar a crise de financiamento e pessoal. A Fasubra sustenta que, em vez de privatizar o público, há outras formas de solução, como financiamento adequado e concursos públicos, para que os hospitais ofereçam assistência, pesquisa e ensino de qualidade.

No entanto, as investidas continuam. No Congresso Nacional tramita o Projeto de Lei Complementar nº 92/07, segundo o qual todas as áreas sociais podem ser transferidas para a gestão das fundações.

O ingresso das fundações na área da Saúde é o início de uma reforma que pode alcançar todos os serviços sociais do Estado, num processo devastador de privatização. No Rio de Janeiro, 24 unidades hospitalares e institutos podem integrar a estrutura de três fundações gestoras de serviço público de saúde.

A 5ª Conferência Estadual de Saúde do Rio de Janeiro e a 13ª Conferência Nacional de Saúde, realizadas em 2007, rejeitaram essa idéia, que pretende entregar a saúde pública e a administração dos hospitais a pessoas que não estão preocupadas com a saúde do povo, mas, sim, com o cumprimento de metas.

Apesar da carta recente que o MEC e a Fasubra assinaram jun-

enquanto isso num hospital recém-privatizado:



tos — que segundo a coordenadora da Fasubra, Graça Freire, foi levada à Conferência Nacional de Saúde, fortalecendo a resistência à inadequação do modelo nas unidades de saúde das Ifes —, a coordenadora diz que a Federação não baixa a guarda.

Mas a necessidade da resistência vai além dos campi. O Fórum de Defesa do Serviço Público e Contra as Fundações Estatais, permanentemente composto por centrais sindicais, sindicatos, representantes de conselhos estaduais e muni-

### O Fórum de Defesa do Serviço Público e Contra as Fundações Estatais quer intervir na tramitação da lei

cipais de saúde, busca intervir na tramitação da lei. O movimento ganhou força e se reúne com regularidade.

Nesta segunda-feira, reunião no Sindicato dos Médicos (Avenida Churchill, 97) vai discutir a ação direta de inconstitucionalidade por violação de artigo da Constituição do Estado pela Lei nº 5.164, publicada no *Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro* de 17 de dezembro, que autoriza a criação das fundações. A ação aponta violação do Estado de Direito.

### Carta aberta

Em carta aberta à população, a Frente denuncia o governo estadual, que quer retirar direitos da população e dos servidores. A carta diz: 'O governo estadual quer 'romper' com a proposta do SUS ao criar, através de lei, um 'negócio' chamado Fundação Pública de Direito Privado. Ou a fundação é pública, de direito público, ou ela é privada, de direito privado. Além disso, esse projeto foge ao controle social das ações da Secretaria Estadual de Saúde, que cabe legalmente aos conselheiros do Conselho Estadual de Saúde'.

### Desvalorização do serviço público

Entre inúmeros alertas, a carta aponta ainda: "O modelo das fundações transfere o vínculo de novas contratações de servidores para a CLT e a idéia é estender este projeto para todas as áreas do serviço público estadual, embora a Constituição de 1988 determine a contratação dos servidores pelo Regime Jurídico Único. Sabemos o que se esconde por detrás do 'esquema' das fundações: um grupo de administradores que será remunerado com altíssimos salários, com liberdade para contratação em 'cargos de confiança', de apadrinhados e de familiares, indicados por diretores de fundações (e de hospitais) e deputados da base do governo estadual".

## Notas >>>

### O luxo do reitor da UnB

Representantes do Diretório Central dos Estudantes da Universidade de Brasília resolveram pedir o afastamento do reitor Timothy Mulholland, após tomarem conhecimento dos gastos para decoração do seu apartamento. Para se ter uma idéia, só com a decoração do imóvel foram gastos R\$ 450 mil. Nessas contas estão uma lixeira adquirida por quase mil reais e um saca-rolha por 800 reais. O coordenador-geral do DCE, Fábio Félix, diz que todas as medidas jurídicas, políticas, instituci-

onais e não institucionais estão sendo tomadas para pressionar o afastamento dos envolvidos. "A reforma do apartamento pode ser até legal, mas é imoral", contestou Félix. As manifestações devem se intensificar quando as aulas começarem, 10 de março. A Associação dos Docentes da UnB também decidiu em reunião no dia 14 encaminhar para votação em assembléia o pedido de afastamento do reitor e do decano de Administração, Érico Weidle. A assembléia dos professores da UnB deve ser marcada para esta semana.

### Niemeyer apóia Guerreiro para a presidência do Crea

O arquiteto Oscar Niemeyer, na foto com Agostinho Guerreiro e Jefferson Salazar, presidente do Sindicato dos Arquitetos do Rio de Janeiro, declarou semana passada apoio à candidatura de Guerreiro à presidência do Conselho Regional de Arquitetura e Engenharia do Rio de Janeiro.

Niemeyer assinou manifesto que circula por empresas, órgãos governamentais, instituições de ensino, sindicatos, associações e organizações da sociedade civil com a adesão crescente de profissionais em apoio ao movimento União pelo Crea-RJ, à candidatura e em defesa dos serviços públicos prestados pelo Conselho.



Foto: Divulgação



**MEIO AMBIENTE**

# Coleta seletiva de lixo

**Projeto piloto é desenvolvido em conjunto com a Pró-Reitoria de Extensão. Objetivo é expandi-lo pela universidade**

Papel, na lixeira azul. Copo de plástico, na vermelha. Vidro, na verde e lata, na amarela. Guardanapo de papel usado, na cinza, de resíduo geral não reciclável. Simples? Há quem jogue qualquer coisa na lixeira azul porque é mais bonitinha. Pior, há quem ignore até a lata de lixo e deixe seus resíduos pelo chão em sala de aula e corredores. No CT, não tem porque não colaborar com a reciclagem colocando o lixo no local correto. Não faltam cartazes informativos e lixeiras identificadas em muitos trailers e corredores. É o que mostra, orgulhosa, Marlene Barbosa, uma das responsáveis pelo Recicla CT, programa de coleta seletiva de lixo em implantação no Centro de Tecnologia. Custa colaborar?

O Recicla CT, que já completa um ano, está adotando ações para reforçar sua atuação, buscando, com uma campanha informativa no início das aulas, a adesão de alunos, professores e funcionários. Cartõezinhos com informações importantes para os estudantes apontam, no verso, as cores da reciclagem. Para ninguém esquecer. Até trote solidário os organizadores pretendem promover em conjunto com os centros acadêmicos para divulgar a campanha.

**Coleta e descarte**

O projeto do CT é desenvolvido em conjunto com a Pró-Reitoria de Extensão (PR-5) e serve de piloto para a expansão em toda a UFRJ. O decano Walter Sumetiso explicou que a iniciativa começou no final de 2006 com o levantamento do Núcleo de Solidariedade Técnica da Escola Politécnica — dentro do Projeto de Utilização Consciente de Re-

síduos (Prucore) e com a integração de outras iniciativas de laboratórios e unidades que já desenvolviam programas de reciclagem, como o Instituto de Macromoléculas, Instituto e Escola de Química.

“A idéia não é só a reciclagem, mas também a gestão de resíduos de modo mais amplo, visando à coleta correta e ao descarte e armazenamento em local adequado”, explica o decano.

A iniciativa facilitou o descarte — muitas vezes oneroso e difícil-

toso — para todo o CT. A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) é que organiza o trabalho de descarte, feito por trabalhadores de cooperativas diferentes de catadores.

Todo lixo vai para o Centro de Triagem da ITCP, que funciona num galpão no bloco H.

João Batista dos Santos, 39 anos, trabalha para a Coorabom, de Bonsucesso. “A gente precisa se expandir para ganhar mais uns trocados. Tem muitos lugares aqui

dentro para coletar”, disse. Carlos Alberto, 48 anos, também da Coorabom, acha que é preciso mais gente na equipe de cinco pessoas. “No mínimo mais 3 pessoas. Quanto mais gente, mais dinheiro”, comenta.

**Foco social**

Marlene é responsável pela implantação do sistema de gestão integrada do CT (adequação a regras internacionais de qualidade, preservação ambiental e responsabili-

dade social). Ela começou um programa de coleta seletiva no laboratório em que trabalhava (de Instrumentação e Fotônica da Coppe), quando constatou a falta de logística. Por isso comemora os resultados do programa, como a organização no recolhimento e descarte, mas ressalta a necessidade da campanha educativa — para que as pessoas coloquem o lixo no local correto.

O projeto do CT foi apresentado na reunião do CSCE e se expandiu para o projeto Recicla UFRJ, coordenado pela Pró-Reitoria de Extensão (PR-5).

O projeto Recicla CT conseguiu recursos do Cnpes para aquisição de lixeiras seletivas. “Não podemos perder a oportunidade”, comentou o decano. “E temos que, no primeiro momento, atingir todo público: alunos, funcionários e professores”, completou Marlene. De fato, faltam lixeiras em muitas áreas, mas os corredores estão em grande parte cobertos. Porém, menos de 30% das unidades do grande centro estão participando, segundo Fernando Sepúlveda, que preside a comissão do Recicla CT.

Ele também comenta sobre a dificuldade anterior das unidades fazerem o descarte do lixo: “Agora não, desde que o projeto começou não tenho mais esse problema de saída de lixo seletivo”, comenta, apontando que, além disso, há um importante fundo social na iniciativa, a de geração de trabalho e renda para os catadores. Sem falar no lucro inestimável que iniciativas individuais e institucionais, somadas, trazem para o meio ambiente.



Fotos: Cicero Rabello

**LIXEIRAS SELETIVAS** são instaladas nas proximidades das lanchonetes

## Seu lixo é bem-vindo

**Em casa, você separa as garrafas PET, o papel, as latas, e faz o quê com esse material separado?**

Segundo os integrantes do projeto na Prefeitura da Cidade Universitária, além do lixo recolhido na unidade, o lixo reciclável das unidades próximas e até mesmo aquele selecionado em casa pode ser descartado nas caçambas seletivas na garagem ao lado da Prefeitura (em frente ao Horto). O descarte do material destes grandes coletores é coordenado pela ITCP (Incubadora tecnológica de Cooperativas Populares).

Carmen Odete, chefe da Seção de Limpeza, da Divisão de Operações da PU, é da comissão do Recicla UFRJ e responsável pela implantação local do projeto.

Ela mostra que por falta de recursos, a Divisão improvisou: utilizou tubos de PVC e galões pintados, para suprir a maior quantidade de salas possível com lixeiras seletivas recicladas. O lixo é levado para os coletores da ITCP. Mais do que distribuir as latas identificadas para seleção do lixo, buscou a adesão consciente de trabalhadores da Prefeitura e do entorno. Organizou um seminário, com debates e a visita do Coral da Comlurb em novembro do ano passado e ofereceu um curso para os profissionais da limpeza da Prefeitura e das unidades vizinhas.



**CARMEN**, da prefeitura

A ITCP centraliza o armazenamento do lixo reciclável para descarte, que é levado pelos trabalhadores das cooperativas, num trabalho coordenado pela Incubadora.

“Num futuro próximo, a Universidade poderá contabilizar a economia realizada com o que antes era gasto com a coleta de lixo”, avalia Carmen. Por determinação da Comlurb, todo grande gerador de lixo, como a UFRJ, tem que pagar a coleta. Além da diminuição dos gastos, Carmen aponta outra vantagem, a inclusão social do catador.

**Recicla CT dá dicas** — “Antes de pensar em fazer coleta seletiva do lixo, pense em não produzir lixo, evitando o desperdício”. Essas e outras orientações podem ser encontradas no “Passo a passo da coleta seletiva”, no link <http://www.ct.ufrj.br/recicla/>. Mais detalhes sobre o Recicla PU: <http://www.prefeitura.ufrj.br/online/20/reciclando.htm>.



# CPV: Inscrição começa na quarta-feira

Esta semana, nos dias 20, 21 e 22 de fevereiro, estarão abertas as inscrições para o processo seletivo do Curso Pré-Vestibular do SINTUFRJ. Poderão se inscrever os dependentes dos sindicalizados e todo o servidor técnico-administrativo. Aqueles servidores que se inscreverem estarão automaticamente selecionados. Serão oferecidas 240 vagas para as turmas do Fundão e Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS). Deste total será subtraído o número de vagas dos remanescentes de 2007. O restante será dividido na seguinte proporção: 75% para servidores da UFRJ e seus dependentes e 25% para outros sindicatos.

As aulas começarão no dia 3 de março, no Salão Nobre do IFCS, 2º andar, às 18h. Todos os selecionados deverão comparecer, pois lá serão distribuídas as turmas e dadas as demais informações. Alguns dos aprovados rela-

taram sua experiência no CPV ao Jornal do SINTUFRJ. Um deles foi Glauco Zely da Silva Eger, de 19 anos, que foi aprovado no curso de Geologia da UFRJ. Ele é filho do vigilante Francisco Carlos Eger: "Foi fundamental o curso. Se eu não tivesse feito o pré-vestibular não teria passado. Os professores de todas as disciplinas são excelentes. Recomendo que outras pessoas se inscrevam".

Outra aprovada foi a auxiliar de enfermagem do HUFCC, Rosana Valéria Sans Reppo, de 46 anos. Ela foi aprovada em 2º lugar na Uerj, em 5º na UFF e em 15º na UFRJ para o curso de Pedagogia. "Desde que entrei na UFRJ, há 20 anos, não tive mais tempo de estudar. O CPV foi uma retomada pra mim. Lá, além de aprender a matéria, eu ganhei novo ânimo pra continuar os estudos. Só tenho a agradecer a todos os professores e ao SINTUFRJ por ter proporcionado tudo isso", disse Rosana.

## Confira abaixo a lista dos aprovados no Vestibular 2008\*

### ● UFRJ (antes da primeira reclassificação, que sairá no dia 20)

- 1 - Erica da Cruz Leonardo - Letras
- 2 - Juliana Silva Sandy - Letras
- 3 - Louise Gomes da Rocha - Serviço Social
- 4 - Rodrigo Silva de Oliveira - Serviço Social
- 5 - Gabriel Jimenez - Lic Educação Artística
- 6 - Nivia Cursino de Faria - Serviço Social
- 7 - Rosana Valéria Repso - Pedagogia
- 8 - Raphael Nunes Belchior - Educação Física
- 9 - César Augusto B. Silva Afonso - Ciências Contábeis (5º lugar)
- 10 - Carlos Vinicius Gusmão de Lima - Educação Física
- 11 - Glauco Zely da Silva Eger - Geologia
- 12 - Jaime Batista de Souza Neto - Enfermagem

### ● Uerj (antes da primeira reclassificação)

- 1 - César Augusto B. Silva Afonso - Ciências Contábeis
- 2 - Érika de Souza Gonzaga - Comunicação Social - Relações Públicas
- 3 - Nivia Cursino de Faria - Pedagogia
- 4 - Rosana Valéria Repso - Pedagogia

● UFF, UNI-RIO só divulgaram o resultado do vestibular através do número de inscrição e senha pessoal do aluno, por esse motivo essa relação ainda não está disponível.

## CONTAGEM DE TEMPO ESPECIAL EM ATIVIDADES INSALUBRES E PERIGOSAS

### SINTUFRJ JÁ ESTÁ PROTOCOLANDO REQUERIMENTOS ADMINISTRATIVOS DOS SINDICALIZADOS CONVOCADOS E COM EXIGÊNCIAS CUMPRIDAS

Os sindicalizados do SINTUFRJ que já entregaram documentos e que, convocados, já compareceram para complementar documentação sobre o tema não precisam protocolar novo requerimento na UFRJ, pois o SINTUFRJ já está elaborando e protocolando os requerimentos administrativos desses servidores em papel timbrado do SINTUFRJ na PR4, como previamente acordado com o setor.

Este procedimento vai permitir maior celeridade na análise desses processos de contagem especial, considerando que estes requerimentos já estão previamente analisados e com toda a documentação necessária, adequados às exigências da Administração Federal publicadas no final de 2007 para cômputo do tempo laborado em atividades insalubres e perigosas até dezembro de 1990.

Importante destacar que os sindicalizados já aposentados ou que estão quase completando o tempo para aposentadoria e que já atenderam às convocações do Departamento Jurídico do SINTUFRJ estão tendo seus requerimentos agilizados, sem prejuízo dos demais.

Os servidores que desejarem informações sobre a documentação entregue no SINTUFRJ devem fazer contato com o Departamento Jurídico e procurar o secretário do Departamento, que irá colher dados dos sindicalizados interessados e retornar em contato posterior com posicionamento objetivo. O contato pode ser feito por telefone (2573-7301) ou e-mail (trabalhista@sintufrj.org.br).

Importante destacar que os profissionais do Departamento estão sendo direcionados prioritariamente para atender esta demanda e prazos judiciais. Assim, considerando o volume de trabalho, contamos com a compreensão dos servidores para que aguardem as respostas do Departamento, pois todos os pedidos serão atendidos.

Nas próximas edições do jornal, estaremos divulgando mais informações sobre esta demanda.

## ATENÇÃO: APOSENTADORIA ESPECIAL

Na matéria sobre o assunto que publicamos na página 5, da edição nº 802 a informação correta é EM 20 DE DEZEMBRO FOI PUBLICADA PORTARIA DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO REGULAMENTANDO O PERÍODO DE SERVIÇO PRESTADO PELO SERVIDOR SOB INSALUBRIDADE DURANTE O PERÍODO CELETISTA: ATÉ DEZEMBRO DE 1990 (E NÃO 1999 COMO PUBLICAMOS DE FORMA EQUIVOCADA) QUANDO ENTROU EM VIGOR O REGIME JURÍDICO ÚNICO (RJU).

## Izaías recebe moção de louvor



O Conselho Universitário, na sessão de 14 de fevereiro de 2008, aprovou, por aclamação, uma moção de louvor ao servidor técnico-administrativo Izaías Gonçalves Bastos pela responsabili-

dade, competência e dedicação evidenciadas em sua participação como representante do segmento técnico-administrativo na Comissão de Legislação e Normas, durante seu exercício.

## Seminário sobre Acessibilidade na UFRJ

O Núcleo Interdisciplinar de Acessibilidade da UFRJ (NIA) convida para o seu primeiro seminário sobre o tema "Inclusão e Acessibilidade na UFRJ", no dia 19 de fevereiro, às 13h, no

auditório Archimedes Memória, 3º andar do prédio da Reitoria. Vivências, atividades vinculadas ao núcleo e apresentação artística fazem parte do programa.

## Plenária Estadual da CUT

### Entidades devem estar em dia até dia 20

A CUT-RJ informa que o prazo final para as entidades voltarem a estar em dia com suas obrigações estatutárias para tornarem-se ap-

tas a participar da plenária estadual é dia 20 de fevereiro de 2008 (e não 29 de março, como anteriormente informado).